

Executivo 3

TERÇA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 2008



BALANÇO ANUAL 2007

17. ACORDO DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Em 01.06.2006, o BANPARÁ firmou com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24.02.2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001. Em 31.12.2007, a posição da obrigação do BANPARÁ que envolve referido acordo é a seguinte:

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da Obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
DI Rural	03.10.2007	31.01.2008	30.000	749	30.749

18. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O Banco possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social demonstrado a seguir:

Créditos tributários	2007	2006
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	55.028	52.513
Provisão para Contingências Cíveis	1.294	1.224
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.632	2.272
Provisão para Contingências Fiscais	1.235	673
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso	772	785
Provisão Cessão de Crédito Rural	386	446
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	38.175	42.359
Outros Créditos Tributários	697	549
Total	99.219	100.821*

* O saldo de R\$ 54.243 mil apresentado na Nota 18 das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2006, refere-se apenas ao apurado naquele período. O presente saldo representa o acumulado.

A Administração, adotando uma postura conservadora, decidiu por não reconhecer contabilmente referidos créditos.

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

19.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais:

Outras Receitas Operacionais	2007	2006
Recuperação de Encargos e Despesas	93	386
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	1.064	167
Atualização Monetária de Valores Ativos	-	1.757
Outros – Previdência Complementar	128	424
Outros – Ações Judiciais	546	-
Outros	59	-
Total	1.890	2.734

Outras Despesas Operacionais	2007	2006
Despesas Carteira Imobiliária	6	1.407
Despesas Descontos Concedidos	85	84
Despesas de Atualização de Impostos		
e Contribuição	462	-
Despesas de Juros ao Capital	5.512	-
Atualização Monetária de Valores Passivos	214	261
Atualização de Ações Judiciais	1.447	-
Ações Judiciais	736	1.467
Depósitos Administrativos – IPTU	658	-
Outras Despesas Operacionais	15	729
Total	9.135	3.948

19.2 Outras Receitas/Despesas Não Operacionais:

Outras Receitas / Despesas Não Operacionais	2007	2006
Reversão de provisões não operacionais	152	271
Insustistências Passivas	24	762
Lucros em Transações com Valores	209	-
Outras Receitas não Operacionais	291	322
Prejuízos em Transações com Valores	(72)	-
Insustistências ativas	(45)	(355)
Roubos por Assalto	(818)	(1.614)
Provisões não operacionais	(114)	(9)
Outras Despesas não Operacionais	(70)	(262)
Total	(443)	(885)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Mudanças de Práticas Contábeis no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que altera a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil a partir do exercício social que se encerrará em 31.12.2008, a emissão de normativos contábeis pela CVM para as companhias abertas deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais.

Algumas alterações promovidas pela referida Lei já são substancialmente adotadas pelo Banco em decorrência dos requerimentos do Bacen, como é o caso da adoção do critério de classificação e marcação a mercado dos instrumentos financeiros (Nota 3.3).

Dentre as principais alterações promovidas pela Lei, destacamos:

- O ativo permanente passa a contemplar o subgrupo “Intangível” e inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o goodwill adquirido. O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade. O ativo diferido fica restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;

- Criação de um novo subgrupo no patrimônio líquido denominado “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, destinado a registrar a contrapartida da variação cambial de investimentos societários no exterior quando a moeda funcional da investida apresentar-se diverso ao da controladora, e a contrapartida de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado;

- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;

- Alteração do tratamento dos incentivos fiscais, que passa a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para reservas de lucros – reserva de incentivos fiscais e excluída da base de dividendos mínimos obrigatórios; e

- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas) todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado, desde que realizadas entre partes não relacionadas e vinculadas à efetiva transferência de controle.

A Administração estima em sua avaliação inicial que as alterações acima não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco de 31.12.2008, todavia, no momento e nessas circunstâncias, não é praticável determinar com segurança os efeitos da adoção plena da nova lei.

20.2 Majoração da Alíquota da CSLL

A Medida Provisória (MP) no 413, de 3 de janeiro de 2008 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável. Uma vez aprovada, produzirá aumento nas despesas de Contribuição Social sobre os lucros líquidos gerados a partir de 1º de maio de 2008, proporcional a elevação da alíquota (Nota 3.6).